

"A vaca não vai para o brejo no meu governo."

José Serra, senador (PSDB-SP) e candidato do partido à presidência da República, após deixar ser fotografado ao lado de uma vaca, ontem em Barretos (SP).

A nova crise metropolitana



MARCELO
CÔRTE
NERI

Oito anos de Real divididos em quatro fases: i) Lua de mel que durou até final de 1996; ii) Período marcado pelas crises asiática (1997), russa (1998) e brasileira (1999), quando as metrópoles constituíram o epicentro dos abalos sociais observados. De 1996 a 1999, a renda familiar per capita do trabalho caiu a taxa média de 4,5% ao ano nas metrópoles, ao passo que a renda de outras fontes em outras áreas aumenta 6,23% a.a.. No cômputo geral, a renda per capita de todas as fontes cai 3,22% a.a. nas metrópoles, enquanto a mesma se mantém estável no resto do país. Apesar da queda do tamanho do bolo (-1,37% a.a.), a miséria nacional cai à taxa de -0,57% a.a., despercebida pelos habitantes das metrópoles, a caixa de ressonância dos eventos nacionais. O que vai mal neste período é

o mercado (de trabalho), enquanto as redes de proteção social, embutidas no efeito das outras rendas, amorteceram os efeitos da crise sobre os mais pobres; iii) a miséria metropolitana baseada em renda do trabalho caiu de 33% para 25% de julho de 1994 a final de 1996, sobre meio-caminho de volta até 1999, numa terceira fase dos idos de 2000 a abril de 2001 volta a cair de 29% para 28%. Nesta época, ao contrário do boom inicial do Real, a desvalorização cambial favorece os segmentos exportadores. Depois de uma década, o emprego formal, volta a subir; iv) Em abril de 2001, uma nova crise aflorou de forma repentina, liquidando o crescimento anunciado de até 4% a.a.. Ela foi composta de três ondas simultâneas: energia elétrica, derrocada argentina e recessão americana. Configura-se uma volta ao padrão metropolitano da crise. De um lado, os efeitos do racionamento de energia atingiu menos as áreas rurais, justamente pela precariedade elétrica das mesmas. Na área rural do Nordeste a principal fonte de iluminação de 44% dos domicílios é o lampião. Lampião ainda vive no sertão nor-

destino! Por outro, a crise argentina e a recessão americana, intensificadas após os atentados de 11/09, afetaram prioritariamente os grandes centros que transacionam mais com o exterior.

No lado positivo do viés, avanços sociais foram concentrados nas cidades pequenas, médias e nas áreas rurais. O aumento do poder de compra do salário mínimo da ordem de 17% nos últimos dois anos, foi restrito a quem percebe o piso previdenciário, em particular, os beneficiários rurais. O projeto Alvorada difunde-se pelos principais grotões de pobreza brasileiros desde 2001. Hoje são mais de 9 milhões de crianças com Bolsa-escola em municípios pobres.

Complementarmente, os elementos da agenda de reformas estruturais adotada no país nos últimos anos afetou de forma mais intensa e adversa alguns grupos metropolitanos. Como exemplos: a abertura e o operário paulistano, a privatização e o funcionário da estatal carioca, a reforma administrativa e o servidor público brasileiro etc. No longo prazo o consumidor estará melhor com as reformas, aliás como os dados

do Censo 2000 já apontam. Mas no curto prazo diversos produtores metropolitanos perderam suas ocupações. Perdeu quem tinha inserção produtiva e voz, não a maioria difusa de consumidores ou os pobres que ganharam as bolsas do Alvorada.

A falha social parece ter sido em relação aos produtores desalojados das

As metrópoles brasileiras sofreram nos últimos anos, uma verdadeira cirurgia sem anestesia, pós-operatório ou tratamento de reabilitação

grandes cidades, deixados à sorte das ondas e da lei dos mercados. A violência e o desemprego, que dominam o debate social recente, são símbolos da desilusão metropolitana. Há timidez das políticas, influenciada pela falta de mecanismos de coordenação dos municípios das metrópoles que carecem de marco institucional próprio (vide pesquisas da EBAP/FGV). Lançaram-se balões de en-

saio de regularização fundiária metropolitana e de pacotes anti-violência financiados pelo governo federal, mas pouco foi feito. As exceções são algumas inovações da legislação trabalhista, do seguro-desemprego e a restituição ora em curso do FGTS.

Falta desenvolver políticas emergenciais e ações para nortear a reinserção produtiva dos grupos atingidos. À semelhança do Alvorada, precisa-se de um conjunto integrado de ações, mas neste caso que não necessariamente implique na criação de oportunidades através da doação maciça de recursos. O acesso a crédito é o instrumento indicado para evitar o sucateamento de grupos perdedores que tem experiência e algum capital (físico, humano ou social), de forma permiti-los a aproveitar oportunidades de reconversão produtiva a eles disponíveis.

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras.
E-mail: mcneri@fgv.br